



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8802

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Antônio Silveira de Sá

**Data:** 12/11/2013

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 146/2013. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “APAE Associação Capelo Gaivota”. (Referente à Lei nº 4.676, de 09/12/2013).

**Controle Interno – Caixa:** 25.11

**Posição:** 16

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Utilidade Pública  
CX: 25.JJ  
Andar: 16  
nº fls: 49



14/11  
Nº 100/2013

26.11.2013

## Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.676, de 09/12/2013

PROJETO DE LEI Nº 146/2013

AUTOR:

Ver. Antonio Silveira de Sá

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à  
APAE Associação Capelo Gaivota .

### MOVIMENTO

Entrada em 12/11/2013

1 - Comissão Legislação e Justiça.

2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA

3 - CPM EM 26.11.2013

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

*As Gmmt  
A Silveira  
12/11/13*

**PROJETO DE LEI Nº 146/2.013.**

**Concede título Declaratório de Utilidade Pública.**

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “**APAE Associação Capelo Gaivota**”, inscrita no CNPJ: **01.923.902/0001-62**, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 824, Ibituruna, neste Município de Montes Claros – Minas Gerais.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros,

*A. Silveira*

**Antonio Silveira de Sá**  
**Vereador Dr. Silveira**  
**Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM ... DISPOSIÇÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 146/2013 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DO VEREADOR ANTONIO SILVEIRA DE SÁ.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 13 de novembro de 2013.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 146/2013**

**AUTOR: Ver. Antônio Silveira de Sá**

**MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à APAE – Associação Capelo Gaivota."**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 12/11/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 18/11/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto pretende conceder título declaratório de utilidade pública municipal à **APAE – Associação Capelo Gaivota.**

A entidade é uma associação civil de caráter beneficente, com atuação na assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos e econômicos.

Nos termos do Estatuto, os objetivos da Fundação, dentre outros, é o de promover ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local e atende os requisitos legais previstos em lei, com apresentação de documentos exigidos para a concessão do título, portanto, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2013

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_